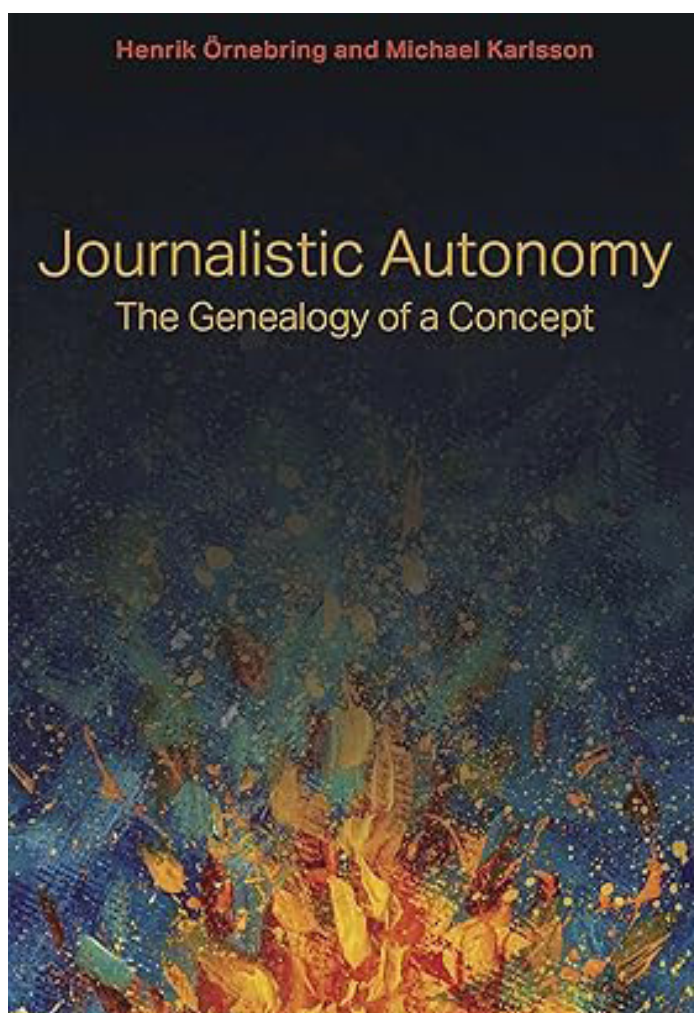


Autonomia jornalística: questionando deuses e ídolos do jornalismo



Juliana de Amorim Rosas

Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC)

E-mail: rosasjuliana@
yahoo.com.br

ORCID: [https://orcid.
org/0000-0002-2868-4227](https://orcid.org/0000-0002-2868-4227)

O livro dos pesquisadores Henrik Örnebring e Michael Karlsson, *Journalistic Autonomy - The Genealogy of a Concept*, como o nome já adianta, traz uma genealogia do conceito de autonomia jornalística. Ambos são professores de Mídia e Comunicação na Universidade Karlstad, na Suécia.

Autonomia é um dos termos-chave no jornalismo, assim como independência e objetividade, entre outros. Em inglês, língua na qual o livro foi originalmente escrito, é

um *god term*, termo deus, em tradução livre, o que dá ainda mais força às palavras. Um termo deus seria aquele forte, poderoso, que se aceita e não se contesta. Neste livro, os autores vão não apenas tentar defini-lo, como geralmente se faz com um conceito, mas também contestar o tal “termo deus” dentro do jornalismo. E irão apresentar não uma definição do conceito, como de costume, mas uma genealogia.

A ideia de que o jornalismo deveria ser independente é mais velha do que o jornalismo, afirmam os autores (Örnebring; Karlsson, 2022, p. 10). E, como eles ressaltam, independência frequentemente confunde-se com autonomia, em especial no jornalismo. Örnebring e Karlsson (2022, p. 13) afirmam que autonomia jornalística existe nos níveis individual e institucional e se perguntam quando um molda o outro.

Para construir sua genealogia, os autores recorrem especialmente a Nietzsche e Foucault. Nietzsche tratou a moral cristã não como princípio natural, mas como algo historicamente contingente (*idem*, 2022, p. 14). Alguns aspectos da genealogia em Nietzsche e Foucault são: a genealogia como história, como crítica e como um tipo de escrita. São esses os aspectos que os autores utilizam para construir sua genealogia da autonomia jornalística.

Genealogias são histórias que fundamentalmente mudam a concepção sobre aquilo de que tratam (Örnebring; Karlsson, 2022, p. 15). Os autores miram sua genealogia menos como a história dos colegas e mais como as afirmações de legitimidade do próprio jornalismo. Definem seu objetivo (*idem*, 2022, p. 17) como compreender de que modo jornalistas entendem independência, bem como imaginar como esta pode ter sido entendida.

Para esse intuito, o livro é dividido em dez capítulos. Dos capítulos três a nove, os autores discorrem sobre sete aspectos da autonomia no jornalismo: autonomia e o Estado; autonomia e os interesses políticos; autonomia e o mercado; autonomia e as fontes; autonomia no local de trabalho; autonomia e a audiência; e autonomia e a tecnologia. No último capítulo, eles resumem os principais achados e discutem o futuro da autonomia jornalística.

São apresentadas as definições de liberdade positiva e negativa, segundo Isaiah Berlin. “Independência de” (*independence from*) seria a liberdade negativa. “Independência para” (*independence to*) refere-se à liberdade positiva, à qual os autores se mostram mais favoráveis ao discutir a autonomia jornalística. O que jornalistas geralmente reivindicam seria a liberdade negativa, a exemplo da autonomia em relação ao Estado. Caso a autonomia buscada pelos jornalistas fosse total, eles não conseguiriam realizar seu trabalho. “Se o jornalismo for se blindar de pressões políticas e comerciais, corre o risco de um fechamento ego-cêntrico” (Örnebring; Karlsson, 2022, p. 35).

De todos os *god terms* jornalísticos, a autonomia é o mais velho e é anterior à objetividade. A ideia de que o jornalismo deveria ser independente do Estado, originou-se antes da ideia moderna de jornalismo (Örnebring; Karlsson, 2022, p. 38). A ideia de jornalismo independente do Estado é outra contradição, ou mesmo um valor historicamente mal interpretado, pois, como afirmam os autores, esta surgiu numa época em que a imprensa era totalmente diferente da atual. No século XVII, quando John Milton escreveu *Areopagítica: discurso sobre a liberdade de expressão*, não havia uma forte distinção entre notícia e opinião, notícias eram frequentemente usadas para propaganda e não havia distinção funcional entre fato e ficção (*idem*, 2022, p. 76). Em última análise, o jornalismo depende do Estado para prover informação (*idem*, p. 79).

Para os autores, a lenta ascensão no século XIX de uma sociedade complexa, em que todos dependem do outro para compreensão mútua, seria um ponto de partida mais adequado para entender a genealogia da autonomia jornalística do que a luta por liberdade de imprensa dos séculos XVII e XVIII (*idem*, p. 81). Os autores argumentam que o jornalismo enquanto instituição não existia nos

séculos XVII e XVIII. A defesa sobre independência do Estado era válida para a impressão de jornais, não jornalismo.

Os autores apresentam quatro proposições de autonomia: autonomia é relacional; autonomia requer limite/fronteira; autonomia implica agência; e autonomia deve ter um propósito. Autonomia jornalística é relacional porque o jornalismo é dependente do sistema político, do mercado, da tecnologia e de produção e distribuição etc. (Örnebring; Karlsson, 2022, p. 44). Ao falar sobre fronteiras do jornalismo, os autores vão trazer o conceito de membrana. Ter uma visão relacional de autonomia é conceber a fronteira entre jornalismo e seu ambiente como uma membrana. A instituição jornalística, com sua visão prevalente de autonomia como *independence from*, tende a ver a fronteira como um muro (*idem*, p. 45). A membrana não é estática e impenetrável como o muro. Nem por isso, ela deixa passar tudo, mas o necessário e essencial.

A ideia de membrana apresentaria o jornalismo como passivo e lento para mudanças. Essa imagem seria consistente com a noção de autonomia como *independence from*. Ser *independent to* requer atores que usem sua agência (Örnebring; Karlsson, 2022, p. 47-48). Agência significa a capacidade de agir ou mesmo de se desincumbir de uma tarefa. Ser autônomo, afirmam os autores, implica ter agência, uma agência que outros agentes não podem tomar, indiferentemente a quaisquer restrições impostas (*idem*, p. 48).

Agência também é definida, geralmente, como a habilidade de fazer uma escolha entre várias e antever eventos futuros (*idem*, p. 49). Isso dado, os autores relatam que os jornalistas raramente usam sua independência totalmente, afirmando que autonomia não é somente a capacidade de fazer coisas, mas de fazê-las de maneira diferente (*idem*, p. 51). Indivíduos jornalistas, mesmo constrangidos, ainda têm a capacidade de iniciar ou não uma ação, como basear uma notícia usando somente a polícia como fonte (*idem, ibidem*).

Ao longo dos capítulos, os autores apresentam não somente as contradições do jornalismo, mas as contradições dos valores, usos e interpretações históricas da autonomia. “A contradição fundamental no jornalismo é que, enquanto instituição, constrói sua legitimidade em sua missão pública, mas o componente chave dessa organização são empreendimentos comerciais” (Örnebring; Karlsson, 2022, p. 52, tradução nossa).

Vemos neste livro uma semelhança com outras publicações mais recentes sobre jornalismo, que começam a questionar alguns *god terms*, características ou valores do jornalismo, como a objetividade; a ideia da imbricação com a democracia; o jornalismo que serve ao público e, aqui, a autonomia. Linguistas afirmam que não existe objetividade na linguagem. Zelizer (2017) e outros autores mostraram que, historicamente, o jornalismo muitas vezes não serviu à democracia. Ao contrário do que o jornalismo propaga como valor, ele nem sempre serve ao público ou dá voz aos sem voz, ao contrário, reforça o *status quo*.

Ao longo dos capítulos, Örnebring e Karlsson demonstram que o jornalismo depende do Estado, do mercado, das fontes, da audiência, da tecnologia; que imiscuiu-se em interesses políticos; e que jornalistas não tiveram autonomia no ambiente de trabalho, em especial, jornalistas mulheres. Os autores terminam sugerindo alguns princípios que jornalistas deveriam seguir para ter um jornalismo autônomo e governado pelos propósitos pelos quais sempre clamou ser guiado.

A metáfora do martelo de Nietzsche serve para criticar a moral e os valores tradicionais que não mais serviriam no tempo presente. O martelo pode significar tanto uma arma de destruição quanto uma ferramenta para diagnóstico. Fazer tábula rasa do passado não é necessário. Deve-se ter uma relação dinâmica com o passado. Assim, o jornalismo terá autonomia para decidir seu próprio propósito.

Referências

ÖRNEBRING, Henrik; KARLSSON, Michael. **Journalistic Autonomy** - The Genealogy of a Concept. Columbia: University of Missouri Press: 2022.

ZELIZER, Barbie. **What journalism could be**. Cambridge, UK: Polity Press, 2017. ISBN 9781509507900 (epub).

MILTON, John. **Areopagítica**: discurso sobre a liberdade de expressão. Tradução de Felipe Fortuna. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.